



ENCCLA

2021

AÇÃO 10/2021

Resumo das recomendações aprovadas no grupo de trabalho da ação 10/2021

RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES APROVADAS NO GRUPO DE TRABALHO DA AÇÃO 10/2021

	Destinatário	Resumo da Recomendação
I	Estados do Mato Grosso e Pará	Procedam a integração plena dos sistemas estaduais com o sistema federal SINAFLOR, bem como a plena transparência dos sistemas.
II	Ministério da Agricultura/Serviço Florestal Brasileiro	Disponibilizem na internet outras informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR), além daquelas relacionadas às geometrias do imóvel, observadas as restrições legais
III	Poderes Executivos Estaduais	a. Normatizem, observando a legislação federal, e elaborem e publicizem manual de validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR); b. Iniciem o processo de validação de todos os cadastros ambientais existentes, divulgando um cronograma de implementação.
IV	Ibama e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente	Normatizem, aprimorem e ampliem o uso de tecnologias de imagens por satélite
V	Ibama e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente	Normatizem e desenvolvam ferramenta de pesquisa pública utilizando os dados de latitude e longitude das áreas embargadas, para que todos os atores, notadamente o mercado e as instituições financeiras, possam consultar as restrições ambientais existentes, a partir das coordenadas geográficas e não apenas pelo nome ou CPF
VI	Ministério da Agricultura e aos Órgãos Sanitários Estaduais	Disponibilizem para os órgãos de fiscalização a íntegra dos dados contidos nas Guias de Trânsito Animais (GTAs) por meio do fornecimento de chave de acesso ou planilha editável e que analisem a possibilidade de dar publicidade às informações, nos moldes do que ocorre com o SINAFLOR, observadas as restrições legais e os riscos inerentes à divulgação dos dados

VII	ICMBio e Poderes Executivos Estaduais	Promovam e concluam estudo com propostas de destinação de terras públicas para a conservação ou para uso sustentável de seus recursos, em especial pelas populações originárias e tradicionais
VIII	COAF, MAPA, MMA e IBAMA	Realizem estudos para a regulamentação das obrigações dos setores que atuam na comercialização de bens de alto valor de origem rural ou animal